

IMPACTO DA GEOPOLÍTICA HEMISFÉRICA NAS OPERAÇÕES DE INTERDIÇÃO DE ILÍCITOS NA FRONTEIRA AMAZÔNICA**IMPACT OF HEMISPHERIC GEOPOLITICS ON ILLICIT INTERDICTION OPERATIONS IN THE AMAZON BORDER REGION****IMPACTO DE LA GEOPOLÍTICA HEMISFÉRICA EN LAS OPERACIONES DE INTERDICCIÓN DE ILÍCITOS EN LA FRONTERA AMAZÓNICA**

10.56238/revgeov16n5-235

Bruno de Alcantara Barbosa da Silva

Bacharel em Ciências Militares

Instituição: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

E-mail: brunoalcantarabs@hotmail.com

George Eduardo de Sousa Lopes

Bacharel em Ciências Militares

Instituição: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

E-mail: g.lopes9@gmail.com

RESUMO

Considerando que o crime transnacional na Amazônia é influenciado por pressões geopolíticas hemisféricas e por demandas externas que ultrapassam a capacidade isolada dos Estados amazônicos, este estudo busca compreender como interesses internacionais — especialmente de países como a China — remodelam fluxos ilícitos na região. Objetiva-se analisar a interação entre dinâmicas geoestratégicas e operações de interdição conduzidas nas fronteiras amazônicas, avaliando em que medida a integração hemisférica entre Estados Unidos e países sul-americanos pode fortalecer a capacidade operacional contra redes criminosas. Para tanto, procede-se a uma revisão narrativa de literatura nacional e internacional, articulando conceitos de geopolítica, segurança hemisférica e doutrina militar de selva. Desse modo, observa-se que os mercados globais influenciam diretamente rotas de ouro, madeira, entorpecentes e minérios, ao passo que a integração estratégica com os EUA amplia capacidades de inteligência, interoperabilidade e presença territorial. Esses achados permitem concluir que o combate efetivo aos ilícitos na Amazônia depende de um modelo de interdição que considere variáveis geopolíticas e promova cooperação multinível entre os países do hemisfério ocidental.

Palavras-chave: Amazônia. Geopolítica. Crime Transnacional. Segurança Hemisférica. Interdição.**ABSTRACT**

Considering that transnational crime in the Amazon is strongly influenced by hemispheric geopolitical pressures and by external demands that surpass the isolated response capacity of Amazonian states, this study aims to understand how international interests—particularly from countries such as China—reshape illicit flows in the region. The objective is to analyze the interaction between geostrategic dynamics and interdiction operations conducted along Amazonian borders, assessing the extent to



which hemispheric integration between the United States and South American nations can strengthen operational capabilities against criminal networks. To this end, a narrative literature review was carried out, integrating concepts from geopolitics, hemispheric security, and jungle military doctrine. In this way, it is observed that global markets directly influence routes of gold, timber, narcotics, and minerals, while strategic integration with the United States enhances intelligence, interoperability, and territorial presence. These results allow us to conclude that effective counter-crime efforts in the Amazon depend on an interdiction model that incorporates geopolitical variables and promotes multilevel cooperation throughout the Western Hemisphere.

Keywords: Amazon. Geopolitics. Transnational Crime. Hemispheric Security. Interdiction.

RESUMEN

Considerando que el crimen transnacional en la Amazonía está fuertemente influenciado por presiones geopolíticas hemisféricas y por demandas externas que superan la capacidad aislada de los Estados amazónicos, este estudio busca comprender cómo los intereses internacionales —especialmente de países como China— reconfiguran los flujos ilícitos en la región. Tiene como finalidad analizar la interacción entre las dinámicas geoestratégicas y las operaciones de interdicción realizadas en las fronteras amazónicas, evaluando en qué medida la integración hemisférica entre Estados Unidos y los países sudamericanos puede fortalecer la capacidad operativa contra redes criminales. Para ello, se procede a una revisión narrativa de la literatura nacional e internacional, articulando conceptos de geopolítica, seguridad hemisférica y doctrina militar de selva. De esta manera, se observa que los mercados globales influyen directamente en las rutas de oro, madera, estupefacientes y minerales, mientras que la integración estratégica con Estados Unidos amplía las capacidades de inteligencia, interoperabilidad y presencia territorial. Estos resultados permiten concluir que el combate efectivo a los ilícitos en la Amazonía depende de un modelo de interdicción que considere variables geopolíticas y promueva la cooperación multinivel en el hemisferio occidental.

Palabras clave: Amazonía. Geopolítica. Crimen Transnacional. Seguridad Hemisférica. Interdicción.



1 INTRODUÇÃO

A Amazônia consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos espaços mais estratégicos do hemisfério ocidental. A combinação de riqueza ambiental, baixa densidade demográfica, fronteiras extensas e limitada presença estatal transformou a região em um território onde convergem interesses ambientais, econômicos, geopolíticos e criminais. Nesse contexto, as dinâmicas ilícitas que ocorrem na Amazônia extrapolam a percepção tradicional de crime local ou de segurança pública: elas se articulam a cadeias globais de demanda, fluxos financeiros transnacionais e disputas de poder entre Estados e atores não estatais (UNODC, 2022; PNUD, 2021).

A intensificação do garimpo ilegal, do contrabando de madeira, do tráfico de drogas e da mineração clandestina está diretamente associada a pressões econômicas externas — especialmente provenientes de grandes mercados consumidores. Relatórios recentes apontam que a demanda chinesa por ouro e minerais raros exerce influência significativa sobre a expansão de redes ilegais na Amazônia, ao estruturar cadeias de suprimento paralelas que se valem da fragilidade institucional na região (Ramos, 2022; WWF, 2022). Assim, o crime transnacional amazônico deixa de ser um fenômeno isolado para se tornar um reflexo de interesses geopolíticos hemisféricos, nos quais a lógica da oferta e demanda internacional condiciona comportamentos criminosos locais.

Ao mesmo tempo, cresce a relevância da cooperação hemisférica para enfrentar essas ameaças. Os Estados Unidos, por meio de mecanismos de segurança continental, vêm reforçando a importância da cooperação com países sul-americanos em temas como vigilância de fronteiras, inteligência integrada e combate a organizações criminosas transnacionais (USSOUTHCOM, 2023; OEA, 2022). Em um ambiente onde as redes ilícitas atuam em múltiplos países e se beneficiam de lacunas de governança, a fragmentação entre os Estados se torna uma vantagem para o crime e uma vulnerabilidade para a segurança regional (ABIN, 2021; FUNAG, 2021). Nesse contexto, compreender essas dinâmicas torna-se fundamental não apenas para o avanço acadêmico, mas também para a formulação de estratégias operacionais que possam orientar decisões concretas de segurança e defesa na região amazônica.

É justamente nesse ponto que emerge a inovação central deste estudo. Embora existam pesquisas sobre crime na Amazônia, poucos trabalhos analisam o fenômeno como produto direto das pressões geoestratégicas hemisféricas, conectando simultaneamente:

- a) a demanda asiática — sobretudo da China — por commodities ilícitas;
- b) a atuação de redes criminosas transnacionais;
- c) a necessidade urgente de integração operacional entre países sul-americanos e Estados Unidos.

A literatura frequentemente separa essas dimensões em campos distintos — geopolítica, segurança pública, desenvolvimento regional ou relações internacionais. No entanto, o presente artigo propõe que a compreensão integrada dessas três variáveis é fundamental para explicar a resiliência e a



expansão dos ilícitos amazônicos, especialmente em áreas de fronteira, onde a presença estatal é limitada e a capacidade de interdição depende de cooperação multinível (CEPAL, 2022; Brasil, 2020).

Diante dessa lacuna, define-se a seguinte questão de pesquisa: *de que maneira as pressões geopolíticas hemisféricas moldam o crime transnacional na Amazônia, e como a integração estratégica entre Estados Unidos e países sul-americanos pode fortalecer as operações de interdição?*

Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar como dinâmicas geoestratégicas hemisféricas influenciam o crime transnacional na Amazônia e em que medida a cooperação EUA–América do Sul pode ampliar a eficácia das operações de interdição.

Para atender a esse propósito, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) examinar como a demanda internacional, especialmente chinesa, impacta a expansão das economias ilícitas amazônicas;
- b) identificar os elementos geopolíticos que condicionam a atuação das redes criminosas transnacionais;
- c) avaliar os mecanismos hemisféricos de cooperação em segurança, com foco na integração entre EUA e países amazônicos;
- d) propor um modelo analítico que conecte geopolítica, crime transnacional e interdição militar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo articula três eixos principais:

(1) a geopolítica hemisférica e suas dinâmicas de poder;

(2) o crime transnacional na Amazônia como fenômeno conectado a mercados globais; e

(3) as operações de interdição e sua dependência de mecanismos de cooperação internacional.

Essa abordagem permite compreender que ilícitos amazônicos não se limitam a expressões locais de vulnerabilidade estatal, mas constituem um sistema complexo influenciado por pressões externas, fluxos financeiros transnacionais e disputas estratégicas entre grandes potências.

2.1 GEOPOLÍTICA HEMISFÉRICA

A geopolítica contemporânea é marcada pelo retorno da competição entre grandes potências, com destaque para o reposicionamento dos Estados Unidos e a ascensão global da China. Na América Latina, essa disputa manifesta-se em investimentos, negociações comerciais, projetos de infraestrutura e presença estratégica em setores como mineração, energia e logística (CEPAL, 2022; Ramos, 2022). A região amazônica, por sua diversidade de recursos e baixa densidade institucional, tornou-se um campo privilegiado dessa influência.

Os Estados Unidos tradicionalmente mantêm uma arquitetura de segurança hemisférica voltada



ao combate ao crime organizado, à cooperação militar e ao monitoramento de ilícitos transnacionais, com destaque para iniciativas do Comando Sul (USSOUTHCOM, 2023). Documentos como a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa brasileiras reconhecem a importância dessa dimensão internacional para a estabilidade da região (Brasil, 2020).

Por outro lado, a China vem ampliando sua presença econômica na América Latina de maneira acelerada. Sua demanda por recursos naturais — especialmente minerais estratégicos, ouro e madeira — cria um ambiente de incentivo econômico que frequentemente ultrapassa os controles legais e estimula cadeias clandestinas (Ramos, 2022; WWF, 2022). Assim, a pressão geopolítica chinesa na região não se dá apenas por meios diplomáticos ou comerciais, mas também pelo impacto indireto sobre dinâmicas ilícitas.

Nesse contexto, compreender a Amazônia exige reconhecer que o território se tornou um espaço de sobreposição entre interesses extrarregionais e vulnerabilidades internas (FUNAG, 2021). Essa convergência gera incentivos para grupos criminosos e pressiona Estados a fortalecer a cooperação internacional.

2.2 CRIME TRANSNACIONAL AMAZÔNICO

A literatura recente demonstra que o crime transnacional na Amazônia opera em redes multiníveis, articulando atores locais, intermediários regionais e mercados globais (UNODC, 2022; ABIN, 2021). O garimpo ilegal, por exemplo, se conecta diretamente à cadeia internacional de ouro, muitas vezes utilizada como mecanismo de lavagem financeira. A madeira extraída de forma clandestina abastece mercados asiáticos, enquanto o tráfico de drogas utiliza a floresta como corredor logístico em direção aos EUA e à Europa (PNUD, 2021).

Além de questões econômicas, fatores geográficos e sociais também influenciam a expansão desses mercados ilícitos. A navegação fluvial intensa, a baixa presença estatal em áreas remotas e a fragilidade das estruturas de fiscalização tornam a região propícia à atuação de organizações criminosas (Neves & Bahia, 2022; WWF, 2022). A atuação simultânea de grupos armados, facções brasileiras e organizações estrangeiras reforça a natureza transnacional das ameaças (OEA, 2022).

O aspecto inovador deste estudo reside na compreensão de que esse crime não é motivado apenas por dinâmicas locais — pobreza, isolamento, corrupção — mas por **pressões geopolíticas hemisféricas**, que moldam oportunidades e riscos para redes criminosas, ampliando seu alcance e sua sofisticação. Trata-se de um fenômeno conectado à economia política global.

2.3 OPERAÇÕES DE INTERDIÇÃO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

As operações de interdição de ilícitos na Amazônia, conduzidas por forças militares, policiais e agências ambientais, enfrentam limitações logísticas extremas. Grandes distâncias, densidade



florestal, variabilidade climática e restrições de mobilidade tornam tais operações altamente dependentes de inteligência precisa e coordenação interagências (Brasil, 2020; ABIN, 2021).

Nesse cenário, cresce a importância da integração hemisférica. O Comando Sul dos Estados Unidos (USSOUTHCOM, 2023) destaca a cooperação em áreas como monitoramento aéreo e fluvial, compartilhamento de inteligência e interoperabilidade de forças. A Organização dos Estados Americanos (OEA, 2022) reforça que nenhuma nação amazônica possui, isoladamente, capacidade para enfrentar redes criminosas transnacionais altamente adaptáveis.

Pesquisas internacionais sugerem que cooperações regionais aumentam a eficácia das operações de interdição, reduzindo custos operacionais e ampliando o alcance territorial (PNUD, 2021; FUNAG, 2021). A inovação teórica deste trabalho consiste em propor que tais estruturas de cooperação devem considerar, explicitamente, o peso geopolítico das grandes potências no comportamento das redes criminosas — uma dimensão ainda negligenciada na literatura de segurança.

Assim, a interdição deixa de ser apenas uma atividade tática e passa a ser uma ação **estratégica**, moldada por dinâmicas de poder globais e dependente de arranjos multiníveis de governança e segurança hemisférica.

3 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo fundamenta-se em uma **revisão narrativa de caráter analítico**, adequada para pesquisas que buscam integrar múltiplas dimensões teóricas e empíricas, especialmente em temas complexos como geopolítica, segurança hemisférica e crime transnacional. Diferentemente das revisões sistemáticas, que se concentram em protocolos rígidos de busca, a revisão narrativa permite articular conceitos provenientes de áreas distintas, considerando a natureza interdisciplinar do fenômeno investigado (PNUD, 2021; UNODC, 2022).

3.1 TIPO DE ESTUDO E JUSTIFICATIVA METODOLÓGICA

Optou-se por uma revisão narrativa por três razões principais:

- a) o fenômeno analisado — crime transnacional amazônico sob pressão geopolítica — não se limita a uma única disciplina, exigindo a integração de estudos de relações internacionais, segurança pública, defesa, economia política e meio ambiente;
- b) há escassez de modelos teóricos consolidados que articulem simultaneamente geopolítica hemisférica, redes ilícitas e interdição militar, o que torna inadequado o uso de metodologias estritamente quantitativas;
- c) o objetivo central do artigo é **propor um novo modelo interpretativo**, e não mensurar variáveis isoladas.



Assim, a abordagem narrativa oferece a flexibilidade necessária para identificar padrões, lacunas e relações causais emergentes em fontes diversas (CEPAL, 2022; FUNAG, 2021).

3.2 SELEÇÃO DE FONTES E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A pesquisa utilizou exclusivamente **fontes abertas de acesso livre**, garantindo transparência e reproduzibilidade. Foram incluídos:

- **documentos oficiais** de governos e instituições multilaterais (Brasil, 2020; USSOUTHCOM, 2023; OEA, 2022);
- **relatórios internacionais de livre circulação** sobre crime organizado e meio ambiente (PNUD, 2021; UNODC, 2022; WWF, 2022);
- **artigos e análises geopolíticas de acesso aberto** (Ramos, 2022; CEPAL, 2022);
- **relatórios de inteligência e segurança** com disponibilização pública (ABIN, 2021).

As fontes foram selecionadas com base em critérios de relevância, atualidade e aderência ao tema. Documentos com escopo institucional limitado, ausência de dados verificáveis ou conteúdo opinativo sem embasamento técnico foram excluídos.

O procedimento analítico ocorreu em três etapas:

- a) **extração conceitual**, buscando identificar conceitos centrais sobre geopolítica hemisférica, crime transnacional e interdição;
- b) **conexão temática**, relacionando as pressões externas — especialmente chinesas — com a dinâmica ilícita amazônica e com as capacidades operacionais dos países sul-americanos;
- c) **síntese interpretativa**, na qual os elementos identificados foram reorganizados para construir o modelo inovador proposto por este estudo.

3.3 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS E LIMITAÇÕES

Por se tratar exclusivamente de fontes secundárias, abertas e institucionais, o estudo **não envolve riscos éticos** nem coleta dados sensíveis. Ainda assim, adotou-se cautela na interpretação de documentos governamentais e relatórios de inteligência, evitando conclusões que extrapolam os dados apresentados.

Entre as limitações, destaca-se que a ausência de dados quantitativos padronizados sobre rotas clandestinas, fluxos contábeis ilícitos e redes criminosas limita análises comparativas mais precisas. Apesar disso, a abordagem qualitativa permite avançar em uma compreensão estratégica do fenômeno, especialmente no que diz respeito à influência geopolítica e à necessidade de integração hemisférica.



4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados deste estudo evidenciam que o crime transnacional na Amazônia não pode ser compreendido isoladamente das pressões geopolíticas hemisféricas que moldam os fluxos ilícitos na região. A análise das fontes mostra que tanto a demanda internacional por recursos — especialmente provenientes da China — quanto a fragmentação das políticas de segurança entre países sul-americanos geram um ambiente favorável à atuação de organizações criminosas (Ramos, 2022; WWF, 2022). Essa constatação reforça a inovação central do artigo: **o crime amazônico não é um fenômeno local, mas um subproduto direto de forças geoestratégicas que ultrapassam as fronteiras nacionais.**

4.1 PRESSÕES EXTERNAS E A FORMAÇÃO DE MERCADOS ILÍCITOS

Os documentos analisados demonstram que a crescente demanda chinesa por ouro, madeira e minerais estratégicos estimula cadeias clandestinas que utilizam a Amazônia como fonte extractiva e corredor logístico (Ramos, 2022). A estruturação desses mercados depende da fragilidade institucional presente em regiões remotas, onde a baixa presença estatal facilita tanto a exploração ilegal quanto o transporte dos produtos. Relatórios internacionais apontam que esse fenômeno se integra a redes financeiras e comerciais sofisticadas, as quais conectam garimpos clandestinos a centros de exportação, sem que haja controle territorial efetivo (UNODC, 2022; PNUD, 2021).

Nos resultados da análise documental, observou-se que essa pressão econômica atua como “multiplicadora de risco”, ampliando a capacidade de aliciamento e fortalecendo organizações criminosas que controlam áreas remotas, pistas clandestinas, garimpos e rotas fluviais. Assim, a dinâmica ilícita amazônica é moldada tanto por fatores internos quanto por **forças externas que criam demanda, estimulam rotas e pressionam Estados frágeis.**

4.2 FRAGMENTAÇÃO REGIONAL E VULNERABILIDADES ESTRUTURAIS

Os resultados revelam que a ausência de integração efetiva entre os países amazônicos — Brasil, Colômbia, Peru, Venezuela, Guiana e Bolívia — contribui para a resiliência das redes ilícitas. A atuação assimétrica das agências de segurança, a falta de interoperabilidade entre sistemas de inteligência e a escassez de operações conjuntas criam “bolsões de oportunidade” explorados por grupos transnacionais (OEA, 2022; ABIN, 2021).

A literatura analisada indica que as redes criminosas se beneficiam de fronteiras porosas e da incapacidade dos Estados de controlar, simultaneamente, áreas extensas e de difícil acesso (Brasil, 2020). Essa vulnerabilidade se manifesta, por exemplo, na dificuldade de monitoramento de rios estratégicos, na mobilidade rápida de grupos criminosos e na presença crescente de intermediários internacionais no comércio ilegal de recursos naturais.



A discussão desses achados confirma que o combate ao crime amazônico esbarra em **limitações logísticas, institucionais e políticas**, exigindo um novo modelo de governança de segurança.

4.3 PAPEL ESTRATÉGICO DOS ESTADOS UNIDOS E DA INTEGRAÇÃO HEMISFÉRICA

Um dos resultados mais relevantes identificados neste estudo é a constatação de que a integração hemisférica, especialmente com os Estados Unidos, representa um mecanismo estratégico capaz de ampliar significativamente a capacidade de interdição dos países amazônicos. Documentos oficiais norte-americanos apontam que o país tem priorizado a cooperação em áreas como inteligência, monitoramento aéreo, análise de sinais, operações fluviais e fortalecimento das instituições de segurança da América Latina (USSOUTHCOM, 2023).

A análise revela que a atuação coordenada entre EUA e países amazônicos pode gerar cinco benefícios diretos:

- a) **reforço da inteligência regional**, com acesso ampliado a informações estratégicas;
- b) **aumento da interoperabilidade**, permitindo operações conjuntas mais eficazes;
- c) **melhoria do monitoramento aéreo e fluvial**, por meio de tecnologias avançadas;
- d) **redução dos custos operacionais**, ao compartilhar capacidades e sistemas;
- e) **dissuasão geopolítica**, ao dificultar a entrada de atores extrarregionais nas cadeias ilícitas.

Dessa forma, os resultados demonstram que integrar capacidades nacionais e estruturas hemisféricas é fundamental para enfrentar redes criminosas que atuam em escala continental.

4.4 SÍNTESE INTERPRETATIVA E CONTRIBUIÇÃO INOVADORA

A discussão dos achados aponta para um fenômeno que a literatura tradicional não tem capturado de forma adequada: **o crime amazônico é simultaneamente um problema de segurança, economia política e geopolítica**. Enquanto os estudos clássicos enfatizam fatores internos — pobreza, isolamento, precariedade institucional — este trabalho demonstra que tais fatores são apenas parte de um sistema maior, no qual pressões externas definem ritmo, escala e intensidade dos ilícitos.

A principal contribuição inovadora deste estudo reside na articulação entre:

- **pressões geopolíticas externas** (como a demanda chinesa por recursos amazônicos);
- **vulnerabilidades regionais** (fronteiras porosas e baixa integração sul-americana);
- **oportunidades estratégicas de integração hemisférica** com os Estados Unidos.

Tal articulação sugere a necessidade de **um novo modelo de interdição**, que incorpore variáveis geopolíticas e reconheça o crime transnacional amazônico como um fenômeno condicionado pela disputa entre grandes potências e pela competição por recursos estratégicos no século XXI.



5 CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo permitem afirmar que o crime transnacional na Amazônia é um fenômeno que ultrapassa os limites das explicações tradicionais baseadas apenas em fragilidades internas, vulnerabilidade socioeconômica e limitações operacionais. A análise demonstrou que tais elementos, embora relevantes, são insuficientes para compreender a escala, a intensidade e a resiliência das redes ilícitas que atuam na região. O crime amazônico constitui, cada vez mais, um **produto direto das pressões geopolíticas hemisféricas**, especialmente associadas à demanda internacional por recursos naturais — com destaque para o papel da China — e às dinâmicas estratégicas do hemisfério ocidental (Ramos, 2022; WWF, 2022; UNODC, 2022).

Os objetivos propostos foram alcançados. Verificou-se que a demanda global por ouro, madeira e minerais cria incentivos econômicos que favorecem a expansão das economias ilegais, ao mesmo tempo em que a fragmentação das políticas de segurança entre os países amazônicos amplia as oportunidades para organizações criminosas transnacionais (OEA, 2022; ABIN, 2021). Da mesma forma, constatou-se que a integração estratégica com os Estados Unidos representa uma oportunidade concreta para elevar a capacidade de interdição dos países sul-americanos, por meio de melhorias em inteligência, interoperabilidade e vigilância territorial (USSOUTHCOM, 2023).

Conclui-se que o **combate efetivo aos ilícitos na Amazônia depende de um novo paradigma**, capaz de conectar geopolítica, segurança hemisférica e capacidades operacionais de forma integrada. Mais do que reforçar ações isoladas, a resposta ao crime transnacional exige estruturas multiníveis de governança, nas quais a cooperação entre os países amazônicos e as iniciativas hemisféricas lideradas pelos Estados Unidos desempenhem papel decisivo.

O estudo contribui, assim, para ampliar o entendimento acadêmico e estratégico sobre o tema, oferecendo uma perspectiva inovadora que pode orientar o desenvolvimento de políticas públicas, ajustes doutrinários e ações coordenadas de interdição. Ao reconhecer a Amazônia como espaço geopolítico disputado e permeado por interesses externos, abre-se caminho para uma abordagem mais eficaz, sustentável e alinhada à realidade complexa que molda o século XXI.



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN). Relatório de ameaças à soberania na Amazônia. Brasília: ABIN, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/abin/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa (PND). Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa (END). Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

CEPAL. Panorama Social da América Latina 2022. Santiago: CEPAL, 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org>. Acesso em: 27 nov. 2025.

COMANDO SUL DOS ESTADOS UNIDOS (USSOUTHCOM). Posture Statement 2023. Washington: U.S. Department of Defense, 2023. Disponível em: <https://www.southcom.mil>. Acesso em: 27 nov. 2025.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). As novas ameaças à segurança hemisférica. Brasília: FUNAG, 2021. Disponível em: <https://funag.gov.br>. Acesso em: 27 nov. 2025.

INICIATIVA AMAZÔNIA+10. Relatório sobre crimes ambientais transfronteiriços. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.amazonia10.org>. Acesso em: 27 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Hemispheric report on transnational organized crime 2022. Washington: OEA, 2022. Disponível em: <https://www.oas.org>. Acesso em: 27 nov. 2025.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ecosystems at risk: governance, deforestation and illegal economies. Nova York: PNUD, 2021. Disponível em: <https://www.undp.org>. Acesso em: 27 nov. 2025.

RAMOS, J. A presença estratégica da China na América Latina: impactos geopolíticos. Revista Relações Exteriores, v. 13, n. 2, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br>. Acesso em: 27 nov. 2025.

SAINT-PIERRE, H. Segurança hemisférica no século XXI: desafios e novas ameaças. Brasília: FUNAG, 2020. Disponível em: <https://funag.gov.br>. Acesso em: 27 nov. 2025.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. World Drug Report 2023. Viena: ONU, 2023. Disponível em: <https://www.unodc.org>. Acesso em: 27 nov. 2025.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. Transnational Organized Crime in the Amazon Basin. Viena: ONU, 2022. Disponível em: <https://www.unodc.org>. Acesso em: 27 nov. 2025.

WWF. Relatório anual Amazônia 2022: crimes ambientais e rotas transnacionais. Brasília: WWF Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.wwf.org.br>. Acesso em: 27 nov. 2025.

